

Águas do Porto E.M.
NIF: 507718666
Rua Barão de Nova Sintra, 285
Apartado 3504 | 4300-367 Porto
Tel. +351 22 519 08 00
Fax: +351 22 519 05 50
geral@aguasdoporto.pt
www.aguasdoporto.pt



Processo de Concurso Programa



Empreitada:

Reposição de Pavimentos em Misturas Betuminosas – 3300m²

CONCURSO PÚBLICO N.º PC 384/2020

	PROCESSO DE CONCURSO PC 384/20	Edição: 1
PROGRAMA		Revisão: 0
		Data: maio/20

Índice Programa do Procedimento

Artigo 1º Objeto.....	3
Artigo 2º Entidade pública contratante	3
Artigo 3º Decisão de contratar	3
Artigo 4º Consulta e condição de obtenção do processo	3
Artigo 5º Peças do Processo.....	3
Artigo 6º Júri do Procedimento.....	4
Artigo 7º Inspeção do local de trabalhos	4
Artigo 8º Esclarecimentos e erros e omissões.....	4
Artigo 9º Critério de adjudicação.....	5
Artigo 10º Documentos da proposta	5
Artigo 11º Concorrência.....	6
Artigo 12º Modo de apresentação das propostas	6
Artigo 13º Propostas variantes	7
Artigo 14º Data limite para a apresentação das propostas	7
Artigo 15º Abertura das propostas.....	7
Artigo 16º Audiência prévia	8
Artigo 17º Notificação da adjudicação e minuta do contrato.....	8
Artigo 18º Documentos de habilitação do adjudicatário.....	8
Artigo 19º Garantia do cumprimento de obrigações.....	9
Artigo 20º Prazo de validade da proposta	9
Artigo 21.º Lotes.....	9
Artigo 22.º Preço anormalmente Baixo.....	10
Artigo 23º Outras disposições	10
Artigo 24.º Legislação aplicável	10

	PROCESSO DE CONCURSO PC 384/20 PROGRAMA	Edição: 1
		Revisão: 0
		Data: maio/20

Artigo 1.º Objeto

O presente Procedimento tem por objeto a execução da empreitada de **Reposição de Pavimentos em Misturas Betuminosas – 3300m²**, nos termos e condições do Caderno de Encargos em anexo.

Com a presente empreitada pretende-se efetuar a reposição definitiva de pavimentos em misturas betuminosas, na cidade do Porto, decorrentes de intervenções urgentes efetuadas pela Águas do Porto, EM.

Estes trabalhos resultam das reparações de roturas, avarias e aluimentos nas redes públicas de abastecimento de água, drenagem de águas residuais e drenagem de águas pluviais.

Artigo 2.º Entidade pública contratante

CMPEA - Águas do Município do Porto, Empresa Municipal, abreviadamente designada por Águas do Porto, EM., sita na Rua Barão de Nova Sintra, n.º 285, 4306-901 Porto, Pessoa Coletiva n.º 507 718 666, matriculada na Primeira Conservatória do Registo Comercial do Porto.

Artigo 3.º Decisão de contratar

Por deliberação do Conselho de Administração da Águas do Porto, EM.

Artigo 4.º Consulta e condição de obtenção do processo

Os documentos do Procedimento poderão ser obtidos na Plataforma Eletrónica adotada pela Águas do Porto, EM, no endereço **www.acingov.pt**, após a formalização do registo de interessado na mesma Plataforma.

Artigo 5.º Peças do Processo

São parte integrante do presente Procedimento as seguintes peças:

1 - Anúncio

2 – Programa do Procedimento

3 – Caderno de Encargos:

3.1 – Artigos Jurídico-administrativas Gerais

3.2 – Artigos Jurídico-administrativas Particulares

3.3 – Projeto de Execução:

3.3.1 - Memória Descritiva e Justificativa

3.3.2– Condições Técnicas Gerais

	PROCESSO DE CONCURSO PC 384/20 PROGRAMA	Edição: 1
		Revisão: 0
		Data: maio/20

- 3.3.3– Condições Técnicas Especiais
- 3.3.4– Mapa de Quantidades de Trabalho e Medições
- 3.3.5– Peças Desenhadas

Artigo 6.º Júri do Procedimento

1- O procedimento é conduzido por um Júri, ao qual compete:

- 1.1- Esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso;
- 1.2- Abertura das candidaturas, e abertura das propostas;
- 1.3- Apreciação das candidaturas e apreciação das propostas avaliação das propostas;
- 1.4- Resposta ao pedido de esclarecimentos aos Candidatos e Concorrentes;
- 1.5- Elaboração dos respetivos relatórios – preliminar e final - de análise das propostas;
- 1.6- Realização da audiência prévia dos interessados;

2- No exercício das suas funções, o Júri poderá ser assessorado por pessoas ou entidades tecnicamente qualificadas, em relação a quaisquer assuntos que possam relevar no âmbito do presente procedimento, não tendo tais pessoas ou entidades direito a voto.

3- A eventual delegação de competências, bem como os respetivos limites, a efetuar nos termos do n.º 2 do artigo 69.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua redação em vigor, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, pelo órgão com competência para a decisão de contratar, fica sujeita a publicitação na plataforma sendo dado a conhecer a todos os candidatos ou concorrentes quando ocorra no decurso do procedimento.

Artigo 7.º Inspeção do local de trabalhos

Durante o prazo do concurso, os interessados poderão inspecionar o(s) local(ais) de execução da obra e realizar nele(s) os reconhecimentos que entenderem indispensáveis à elaboração das suas propostas. A Águas do Porto, EM. considera, para todos os efeitos, que os interessados procederam à inspeção aqui referida, pelo que as consequências eventualmente resultantes do desconhecimento das condições do local são da exclusiva responsabilidade destes, não podendo estes, em caso algum, invocar a ausência dos aludidos reconhecimentos para condicionar a apresentação da sua proposta.

Artigo 8.º Esclarecimentos e erros e omissões

1 - Quaisquer esclarecimentos, e ou erros e omissões relativamente a este Programa de Concurso e ao Caderno de Encargos que o integra, deverão ser solicitados, no primeiro terço

	PROCESSO DE CONCURSO PC 384/20 PROGRAMA	Edição: 1
		Revisão: 0
		Data: maio/20

do prazo fixado para a apresentação de propostas, nos termos do artigo 50º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

2 – As respostas aos pedidos de esclarecimento e listas de erros e omissões apresentados pelos interessados terão lugar até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, ou serão prestadas nos termos e com as consequências previstas no artigo 64.º do CCP.

3 – De acordo com a alínea a) do n.º 5 do Artigo 50 do Código de Contratos Públicos, compete ao júri do procedimento responder aos pedidos de esclarecimentos apresentados, desde que as referidas respostas não impliquem alterações às peças de procedimento.

4 – Compete ao órgão identificado no artigo 2.º do presente Programa responder a todas as demais situações não incluídas no número anterior.

5 – O prazo definido no n.º 2 do presente artigo pode ser alterado nas disposições particulares deste Programa, nos termos da alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º do CCP.

Artigo 9.º Critério de adjudicação

1 - O critério de adjudicação será o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de avaliação do preço, enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar.

2 - Em caso de empate o critério de desempate será:

1.º Desconto financeiro a pronto pagamento (até ao máximo de 2%);

2.º Desconto financeiro para pagamento a 30 dias (até ao máximo de 1%);

3.º Pequenas e médias empresas, por ordem crescente da categoria das empresas.

Caso sejam apresentados descontos financeiros superiores aos máximos admitidos (1 % para pagamentos a 30 dias e 2 % para pronto pagamento), serão considerados os limites máximos identificados anteriormente.

Artigo 10.º Documentos da proposta

1- As propostas são consideradas como totalmente incondicionadas, tendo-se como não escritas quaisquer condições divergentes do caderno de encargos ou alternativas de qualquer natureza que constem dessas mesmas propostas ou de outros documentos que as acompanhem, com exceção dos aspetos técnicos constantes da memória descritiva e justificativa do modo de execução da obra.

	PROCESSO DE CONCURSO PC 384/20 PROGRAMA	Edição: 1
		Revisão: 0
		Data: maio/20

2- As propostas, em conformidade com o disposto no Artigo 57.º do CCP, são constituídas pelos seguintes documentos:

- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo I** do presente Programa;
- b) Declaração contendo o valor do preço contratual proposto, elaborado de acordo com o **Anexo II** do presente Programa;
- c) Nota justificativa do preço global proposto;
- d) Lista de preços unitários, segundo o ordenamento do mapa de quantidades de trabalho, sendo considerados sem efeito quaisquer preços unitários para trabalhos ou utilização de mão-de-obra ou de equipamento não expressamente constantes no mapa de quantidades de trabalho (deve ser preenchida no ficheiro “MTQ PC 384.20”, que anexamos ao presente Programa);
- e) Programa de Trabalhos, incluindo Plano de Trabalhos, Plano de Mão-de-Obra, Plano de Equipamento e Plano de Estaleiro. Estes documentos deverão ser elaborados de acordo com o disposto no Caderno de Encargos;
- f) Memória descritiva e justificativa do modo de execução da obra, de acordo com modelo de organização constante do **Anexo IV**;
- g) Plano de pagamentos e cronograma financeiro;
- h) Outra documentação de apresentação facultativa.

Nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 146º do CCP, conjugado com os n.ºs 1 e 2 do artigo 57.º consideram-se excluídas as propostas que não sejam constituídas por todos os documentos exigidos.

Artigo 11.º Concorrência

1- A prática de atos ou acordos suscetíveis de falsear as regras da concorrência tem como consequência a prevista na alínea g) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.

2- A ocorrência de qualquer desses factos será comunicada pela entidade adjudicante ao IMPIC, IP.

Artigo 12.º Modo de apresentação das propostas

1- O ficheiro em formato digital com a proposta e os documentos que a acompanham deverá ser carregado na Plataforma Eletrónica adotada pela Águas do Porto, EM no endereço www.acingov.pt.

	PROCESSO DE CONCURSO PC 384/20 PROGRAMA	Edição: 1
		Revisão: 0
		Data: maio/20

2- Os documentos são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa e serão apresentados no original ou em cópia simples. Porém, quando, pela sua própria natureza ou origem, estiveram redigidos noutra língua, deve o concorrente fazê-los acompanhar de um dos seguintes documentos:

2.1- Tradução devidamente legalizada;

2.2- Tradução não legalizada, mas acompanhada de declaração do concorrente nos termos da qual este declare aceitar a prevalência dessa tradução não legalizada, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.

Nota: É dispensável a tradução de brochuras ou outros documentos de divulgação geral e que não se destinem a comprovar a idoneidade, a capacidade técnica ou capacidade económica e financeira do concorrente.

3- Sem prejuízo da obrigatória receção das cópias a que se refere o número anterior, quando haja dúvidas fundadas acerca do seu conteúdo ou autenticidade, pode ser exigida a apresentação de original ou documento autenticado para conferência, devendo para o efeito ser fixado um prazo razoável não inferior a 5 (cinco) dias úteis.

4- Todos os documentos que devam ser emitidos pelo concorrente serão assinados eletronicamente, com certificado válido, pelo mesmo ou por quem tenha poderes para o obrigar, devendo ser comprovada esta qualidade por documento legal competente.

Artigo 13.º Propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Artigo 14.º Data limite para a apresentação das propostas

As propostas e os documentos que as acompanham devem ser apresentadas até à data indicada na Plataforma Eletrónica.

Artigo 15.º Abertura das propostas

1- A abertura das propostas realizar-se-á no primeiro dia útil seguinte ao do termo do prazo para apresentação das propostas na Plataforma Eletrónica adotada pela Águas do Porto, EM, conforme o disposto no n.º 1 do artigo 138.º do CCP. De imediato se procederá à publicação da lista dos concorrentes.

2- De acordo com o n.º 2 do artigo mencionado no número anterior, ficarão disponíveis para consulta na Plataforma Eletrónica todas as propostas apresentadas.

	PROCESSO DE CONCURSO PC 384/20 PROGRAMA	Edição: 1
		Revisão: 0
		Data: maio/20

Artigo 16.º Audiência prévia

- 1- Tendo o Júri procedido à análise das propostas, elabora relatório preliminar, nos termos do artigo 146.º do CCP.
- 2- O Júri procede à audiência prévia dos concorrentes ou candidatos, nos termos estabelecidos no n.º 1 do artigo 147.º do CCP, concedendo, para efeitos de apresentação de alegações escritas, um prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 3- Para efeitos da apresentação das alegações, os concorrentes ou candidatos têm acesso à documentação referida no n.º 2 do artigo 147.º do CCP.
- 4- Exercido o direito de audiência prévia no número anterior, o Júri pondera as pronúncias apresentadas e elabora o relatório final de avaliação das propostas, que submete à apreciação e decisão do Órgão competente da Águas do Porto EM.

Artigo 17.º Notificação da adjudicação e minuta do contrato

- 1- Todos os concorrentes são notificados da adjudicação, nos termos do artigo 77.º do CCP.
- 2- O concorrente preferido será ainda notificado da minuta do contrato, devendo enviar os documentos de habilitação identificados no artigo seguinte e a caução, quando exigível, sendo-lhe fixado um prazo de 10 (dez) dias úteis para esse efeito, sob pena de a adjudicação caducar. Para a eventual supressão de irregularidades dos documentos apresentados, é concedido o prazo adicional de 2 (dois) dias úteis.
- 3 – À aprovação da minuta do contrato pelo adjudicatário, aplicam-se os preceitos legais constantes dos artigos 100.º a 103.º do CCP.
- 4- Caso o adjudicatário recorra a subempreiteiros, deve depositar junto do dono da obra, previamente à celebração do contrato ou ao início dos trabalhos, as cópias dos contratos de subempreitada que efetue.

Artigo 18.º Documentos de habilitação do adjudicatário

- 1- Os documentos exigidos nos termos e na forma prevista nos artigos 81.º do CCP e da Portaria 372/2017, de 14 de dezembro, sob pena de caducidade da adjudicação nos termos do artigo 86.º do mesmo Código, são os seguintes:
 - 1.1- Declaração emitida conforme o modelo a que se refere a alínea a) do n.º1 do artigo 81º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
 - 1.2- Declaração do Registo criminal para efeitos de contratação pública, da Empresa e do(s) titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência;

	PROCESSO DE CONCURSO PC 384/20 PROGRAMA	Edição: 1
		Revisão: 0
		Data: maio/20

1.3- Certidão da Conservatória do Registo Comercial; (Código de acesso à Certidão Permanente).

1.4- Declaração da situação regularizada relativamente às contribuições para a Segurança Social;

1.5- Declaração da situação regularizada relativamente aos impostos perante o estado;

1.6- Identificação (nome completo, n.º do cartão de cidadão) do (s) representante(s) que irá(ão) outorgar o contrato em nome da Empresa de acordo com o estabelecido na Certidão Permanente;

2- O alvará de construção emitido pelo Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção (IMPIC):

i) que cubra o valor global da empreitada: da 1.ª e 8.ª Subcategorias da 2.ª Categoria.

3- Apólice(s) e recibos dos seguros (conforme Cláusulas Jurídico-administrativas Gerais do Caderno de Encargos).

4- Caução nos termos da Artigo 19º do presente Programa.

Artigo 19.º Garantia do cumprimento de obrigações

1- Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o adjudicatário deve prestar uma caução no valor de 5% do montante total da adjudicação, com exclusão do IVA, e será prestada por qualquer uma das formas legalmente consentidas, em conformidade com o disposto no Artigo 90.º do CCP. No caso de a opção ser por seguro caução, este terá seguir o modelo previsto no Anexo V do presente documento.

2- O adjudicatário deve, no prazo fixado na notificação comprovar que prestou a caução.

Artigo 20º Prazo de validade da proposta

Decorrido o prazo de 66 (sessenta e seis) dias, contados, nos termos do artigo 470.º CCP, a partir da data do ato público do concurso, cessa, para os concorrentes que não hajam recebido comunicação de lhes haver sido adjudicada a empreitada, a obrigação de manter as respetivas propostas.

Artigo 21.º Lotes

Não aplicável.

	PROCESSO DE CONCURSO PC 384/20 PROGRAMA	Edição: 1
		Revisão: 0
		Data: maio/20

Artigo 22.º Preço anormalmente Baixo

1 – Para efeitos do presente procedimento será considerado preço anormalmente baixo, nos termos do Artigo 71º do CCP, aquele que seja 20% ou mais, inferior ao preço base.

Artigo 23.º Outras disposições

São encargos do concorrente as despesas inerentes à elaboração da proposta, bem como as despesas e encargos inerentes à celebração do contrato e eventuais emolumentos, prestação de caução, seguros e as decorrentes de imposições do caderno de encargos.

Artigo 24.º Legislação aplicável

1 - Para todas as matérias não expressamente reguladas relativas ao presente procedimento, observar-se-á o disposto no CCP e demais legislação aplicável.

2 – Nos termos do Regulamento UE 2016/679, de 27 de abril (RGPD) e demais legislação aplicável, os dados pessoais que tenham de ser recolhidos no âmbito do presente procedimento estão sujeitos à Política de Proteção de Dados Pessoais definida pela entidade adjudicante, que pode ser consultada em www.aguasdoporto.pt.

ANEXOS:

Anexo I – Modelo de declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos;

Anexo II – Modelo de declaração do preço contratual proposto;

Anexo IV – Modelo de organização da Memória descritiva e justificativa;

Anexo V – Modelo de declaração de Garantia Bancária ou Seguro-Caução;